

Exercer poder vigilância constante e promover ações contra as tentativas de exploradores e aproveitadores da área da segurança e saúde no trabalho

Por conta do aumento do número de acidentes no trabalho no Brasil no ano de 2004, onde vários indicadores contribuíram, e sabedores que somos, que em todos os momentos de crise há de se procurar responsáveis e culpados, usando-se artifícios nada ético e incompatível com a verdade, para se viabilizar propostas flexibilizantes, achando espaços para precarizar o que temos de bom em segurança e saúde no trabalho no Brasil, aí insiro os profissionais da área de segurança e saúde no trabalho e a melhor legislação prevencionista do mundo que possuímos.

Por que esta preocupação e por que poderemos “pagar o pato?”

Por conta deste fato, poderá haver apoio de segmentos da sociedade envolvidos com as propostas neoliberais do atual governo, para aprovarem e passar por goela abaixo, por exemplo, a nova Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (Portaria nº 800), que atualmente passa por consulta pública, travestido de uma ampla consulta democrática para tornar as imposições palatáveis; aprovação do péssimo texto revisado da **NR-04** junto a CTPP e com conseqüente publicação por parte do MTE; dar força e convencer os participantes da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador que ocorrerá este mês em Brasília-DF vindo aprovar e homologar a proposta de se levar para o Sistema Único de Saúde as atribuições que são do Ministério do Trabalho e Emprego na área de segurança e saúde no trabalho, desqualificando o MTE e ignorando que a segurança e saúde no trabalho é e sempre será uma matéria de relações de trabalho e não apenas de saúde pública, pois não se pode confundir vigilância da saúde dos trabalhadores e fiscalização das condições e ambientes de trabalho. Elas são conceitualmente distintas, com muitos pontos comuns, mas com diferenças importantíssimas e, sem dúvida, complementares. Por interesses de grupos ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde, apresentam esta bandeira de luta no sentido de monopolizar e centralizar as ações de saúde do trabalhador em nome da universalidade, integralidade e equanimidade, mediante a realização desta da 3ª Conferência Nacional, inspirados no Projeto 3307/04 do Deputado Roberto Gouveia do PT/SP, dentre outras ações.

Por que houve o aumento de 15% dos acidentes com relação ao ano anterior?

- a) Houve o desmantelamento da fiscalização em Segurança e Saúde, que vem ocorrendo com a desregulamentação da especialização em Segurança e Medicina no Trabalho no âmbito do MTE, com a falta de concursos públicos de admissão de auditores fiscais de Segurança e Saúde no Trabalho, com a ausência de instrumentalização e capacitação da Auditoria Fiscal, com o desvio de atribuições e desvirtuamento da fiscalização de Segurança e Saúde mediante a implementação da GIFA e ingerência nas atribuições e competências constitucionais.
- b) O lento processo de sucateamento do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, como conseqüência, fica sem autonomia para desenvolver ações de fiscalização nos ambientes de trabalho nas empresas, desviando-o de seu objetivo social para transformá-lo num organismo meramente arrecadador de tributos por conta da GIFA, resultando na péssima gestão pública na área de segurança e saúde no trabalho, sendo os responsáveis diretos pela grave situação em que vivemos, privilegiando um modelo de desenvolvimento equivocado e calcado meramente nos interesses econômicos em detrimento da prevalência social;
- c) Em 1999 a então Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho sofreu uma verdadeira desfiguração política, pois foi reduzida a departamento, sendo hierarquicamente rebaixada, passou a prestar constas a Secretaria de Inspeção do Trabalho, sofrendo cortes dos cargos de gerenciamento, de espaço físico e de redução de recursos, havendo a contenção orçamentária na casa dos 30%. Outro agravante é que o quadro de auditores fiscais na área de segurança e saúde no

trabalho é o mesmo de 20 anos atrás. Com essa situação e sem ação do Estado, as empresas deixaram de investir em segurança e saúde no trabalho (prevenção), havendo prejuízos financeiros e sociais por conta deste processo, para os trabalhadores e para toda a sociedade;

- d) Hoje o país apresenta o maior índice de acidentes do trabalho dos últimos 12 anos. De cada cem trabalhadores com carteira assinada 1,37 sofreram algum tipo de acidente, foram registradas em 2004, 2.801 mortes por acidente do trabalho, havendo um acréscimo de 17,63% em relação a 2003 com relação aos acidentes registrados, que chegou a um total de 458.956. Esse resultado negativo se deu também, pela redução da capacidade de investimento do setor privado em mecanismos de segurança de trabalho, pois a falta de investimento na prevenção de acidentes e na segurança, resultando neste aumento nos número de acidentes;
- e) Essa proposta de uma nova Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST), que está sendo proposta pelo atual governo, não resolverá e tampouco será a solução para invertermos este quadro catastrófico que se vive, pelo contrário, pois poderá aumentar ainda mais esses índices, pois falta a política de investimento para este setor, incentivo para o investimento em prevenção de acidentes, começando pela tarificação individual do Seguro Acidente do Trabalho (SAT), vindo privilegiar as empresas que investem em segurança e saúde no trabalho, por exemplo;
- f) Os acidentes estão aumentando aceleradamente e uma das causas é a redução dos postos de trabalho e à sobrecarga dos que permaneceram no emprego, pressionados a darem resultados rápidos, produzindo mais e melhor;

Conclusão:

Lembramos que esta situação é muito preocupante, pois se considerarmos que o universo do trabalho é bem maior se fosse computados nestas estatísticas da Previdência Social, os trabalhadores que atuam na informalidade e os que possuem outras formas de contrato de trabalho que não o celetista.

Diante desta situação analisada, onde os custos socioeconômicos, diretos e indiretos, causados por esses acidentes, doenças e mortes atinge U\$ 5 bilhões anuais para o Estado, segundo pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP), propomos para colaborar na reversão deste triste e atual quadro estatístico, as seguintes propostas:

- 1) reformular os critérios de participação: além da participação das centrais sindicais, convidar e comprometer as representações nacionais dos profissionais em SST (especialistas) do país vindo propor ao governo federal e ao MTE, formas de participação;
- 2) arquivar no Brasil, a revisão em andamento da atual Norma Regulamentadora número 04 (SESMT), pois além de ser um desastre, não atende as necessidades reais diante do atual quadro que se vive, pois flexibiliza, precariza, sinaliza para o mercantilismo, visa interesses puramente comercial e financeiro e não o social. Ela aprovada da forma que se encontra o atual texto, irá piorar a atual situação;
- 3) viabilizar no Brasil, uma política de formação, atualização e qualificação dos profissionais da área de SST (trabalho, pesquisa, competências e capacidades profissionais, troca de experiências e de tecnologias);
- 4) definir instrumentos, a política e outros mecanismos para intercâmbio educacional, técnico e operacional, promovendo o contínuo estudo e atualização, para atualizar e reconverter aptidões em função das necessidades advindas das mudanças sociais e tecnológicas, envolvendo os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Indústria e Comércio e o Ministério da Educação.

Para esta proposta de educação continuada aos profissionais da área de segurança e saúde no trabalho e um outro projeto mais focado para o segmento empresarial, que necessitam também de informações, participação e mais responsabilidades nestas questões, e um outro

projeto educacional para trabalhadores, através de financiamento pelo BNDES, Ministérios do Trabalho e Emprego, Saúde e Previdência Social. Teria um custo mínimo para motivar os interessados a participarem e se inscreverem, independentemente da questão financeira. O Seguro Acidente do Trabalho - SAT também poderia ser uma fonte financiadora.

Diante destes alarmantes números estatísticos e da soma estimada em prejuízos para o Brasil, com relação aos custos socioeconômicos, diretos e indiretos, esse investimento seria muito bem vindo, colaborando significativamente para a diminuição dos acidentes do trabalho no país, sendo um verdadeiro projeto social.

Deveremos, portanto, ficarmos de olho e acompanharmos de perto essas novas tentativas nefastas (nova Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador proposta pelo governo federal; a atual revisão da NR-04 (SESMT) que está sendo feita pelo MTE e seus respectivos coadjuvantes e sobre os objetivos e manobras perigosas que a III Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, poderão nos proporcionar perigos, vindo agravar mais ainda a atual situação porque passamos. Todos nós, profissionais da área, militantes e todos aqueles que valorizam a segurança, a saúde e a vida dos trabalhadores, e que entendem que esta é uma luta social e justa, **deveremos exercer um poder vigilância constante e ficarmos mobilizados com os demais segmentos sociais solidários com essa nossa luta, com relação às tentativas de exploradores e aproveitadores, que pretendem que se viabilize mais esta peça integrante de um projeto neoliberal, que tentam mais uma vez, implantar neste país.** Precisamos ter muita calma e sabedoria nestas horas)...

José Augusto da Silva Filho
Diretor Segundo Secretário da CNTC
Diretor da FENATEST

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio - CNTC
Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho - FENATEST